



As reuniões das bancadas do PFL e do PMDB para discutirem o novo regimento

PFL

O partido quer mudar de nome. E dá seu "grito de independência".

O PFL poderá ser Partido Liberal Socialista, conforme proposta do ministro chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, ou Partido Trabalhista Liberal, como quer o deputado paranaense Alceny Guerra, ou Partido Liberal Social, segundo sugestão do presidente da seção cearense, deputado Lúcio Alcântara. Mesmo que não se chegue a um acordo sobre a sigla mais conveniente, o partido teve ontem autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral seu funcionamento definitivo. Na ocasião, o presidente em exercício do partido, Maurício Campos, afirmou que o PFL está dando seu grito de independência — especialmente quando critica os desencontros da política econômica do governo — mas isto não significa rompimento com o governo, explicou.

O assunto foi um dos temas também discutidos ontem na reunião da Executiva Nacional do partido com os presidentes dos diretórios regionais. O PFL se mostrou dividido. Há os que querem o rompimento total com o governo Sarney, os que defendem o afastamento do partido da Aliança Democrática e do PMDB e os que desejam continuar na situação. No entanto, quase todos criticaram a condução da política econômica-financeira.

Durante o encontro, que demorou de 9h30 às 14 horas, a portas fechadas, foi tomada apenas uma decisão, a de convocar o Diretório Nacional para 14 ou 15 de março a fim de definir

como serão as relações do partido com governo e o PMDB, daqui para a frente. As propostas dos seus senadores sobre economia foram rejeitadas, a partir de críticas frontais do deputado fluminense Francisco Dornelles.

O deputado Lúcio Alcântara, apoiado por Alcides Lima (RO) e Celso Barros (PI) entre outros, sustentou a necessidade de o PFL aparecer, perante a opinião pública, como uma agremiação voltada para o social: "Não podemos ser o partido dos engratados".

O deputado Alceny Guerra quer, por sua vez, que o PFL se afaste do governo. "Acho que não é patriótico fazer o que Sarney quer e, sim, o que está certo. Se não concordamos com o novo choque heterodoxo, devemos dizê-lo claramente. Isso é o que é ser amigo de Sarney. Agora somente porque o Sarney é amigo não temos de concordar com seu governo. Terminaremos voltando a ser o partido do amém."

O líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli (RS) assim definiu a situação: "Há os que acham que devemos apoiar o governo, sem nos comprometermos com a política econômico-financeira. Uma corrente minoritária quer o rompimento total com o governo e, por fim, há os que acham que devemos formular uma proposta do governo. Se for acolhida firmaremos compromisso com o governo. Senão, não. Não se pode ser governo se nos-

as propostas não são acolhidas", justificou.

Chiarelli no entanto, tende a concordar com os diretórios regionais, lembrando que há antagonismo absoluto nas bases entre PMDB e PFL, "salvo em quatro Estados onde fizeram acordo".

"A convivência com o PMDB é insustentável" sentenciou o secretário-geral, deputado Saulo Queiroz. "Devemos romper a aliança e apoiar o governo diretamente, sem qualquer ligação com o PMDB", propôs Jaime Santana (MA).

Sugestões

Na reunião, o Diretório Regional de Brasília — onde o partido elegeu três deputados federais ano passado — apresentou um documento conten-

do sugestões que visam a fortalecer a atuação dos frentistas. O documento responsabiliza "os tecnocratas do PMDB" pela crise econômica e condena as "indecisões da cúpula nacional do PFL, no trato das questões político-institucionais, que têm gerado descontentamento nas bases partidárias", exigindo que a direção tome "decisões claras e objetivas". No que se refere à Aliança Democrática, prega "o fortalecimento da democracia", condicionando a permanência do partido na Aliança caso o governo se oriente "pelos princípios e diretrizes programáticas do partido". Propõe ainda que suas bancadas na Constituinte "litem pela desestatização da economia" e "atuem no sentido de subordinar as atividades do Conselho Monetário Nacional e das empresas estatais, submetendo-as à efetiva fiscalização do Congresso Nacional".